

Ordem Econômica deve manter intervenção do Estado

Severo Gomes defende a ação estatal e o texto da Sistematização; Roberto Campos quer o do Centrão, mas critica o seu intervencionismo



O senador Roberto Campos (PDS-MT), membro do Centrão, no plenário da Constituinte

ANDREW GREENLEES
Do Sucursal de Brasília

O plenário do Congresso constituinte inicia nesta semana a votação do Título VII — "Da Ordem Econômica e Financeira" —, um dos mais polêmicos na elaboração da nova Constituição. Estarão em jogo conceitos fundamentais para a economia, como a intervenção do Estado. Deputados e senadores divergem neste ponto, mas uma definição parece tomada: o texto não produzirá uma forte desestatização.

Mesmo a proposta do Centrão, o grupo suprapartidário do Congresso constituinte que se formou para defender interesses da iniciativa privada, mantém o poder normativo do Estado. Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), 71, membro do Centrão, ainda resistem "marcas do estilo dirigista" na proposta do grupo.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), 63, afirma que a nova Constituição diminuirá a intervenção estatal, mas deixa claro que ela continuará a ter um peso fundamental na economia. Severo Gomes defende a manutenção do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização e sustentado pela ala de centro-esquerda. Segundo o senador, o Estado teve papel decisivo na industrialização do país e não pode ser esvaziado de um momento para outro.

Em entrevistas à Folha, Severo Gomes e Roberto Campos sustentam posições antagônicas quanto ao papel estatal no desenvolvimento brasileiro. Comentam ainda as posições de cada grupo parlamentar em relação a outras polêmicas, como a reforma agrária, o conceito de empresa nacional e a mineração como monopólio da União.



O senador Severo Gomes (PMDB-SP), que defende o texto da Sistematização, em seu gabinete

Campos defende iniciativa privada Para Severo, a economia tem de ser e faz críticas ao texto do Centrão mais "democratizada e nacional"

Folha — A votação do Título da Ordem Econômica será o momento ideal para a reaglutinação do Centrão, após os contratempos que o grupo sofreu nas questões trabalhistas?

Roberto Campos — Sim, porque sempre se considerou que esta questão é central. Ela afeta o dia-a-dia das empresas e o funcionamento do mercado.

Folha — E será também a grande confrontação ideológica dentro da Constituinte?

Campos — Será o grande embate ideológico entre os que acreditam na economia de mercado e os que acreditam na economia de comando, entre liberalistas e dirigistas.

Folha — Neste confronto, a questão da intervenção do Estado na economia é fundamental. Como este conceito deve ser tratado, em sua opinião?

Campos — Eu desejaria um texto menos intervencionista do que qualquer um dos apresentados. O da Comissão de Sistematização é uma catástrofe. Dá a um governo, que não sabe nem a dimensão de sua receita e o número de funcionários que tem, a responsabilidade de formular planos globais, regionais e setoriais. E isto num momento em que países de economia de comando socialista estão reconhecendo a incapacidade governamental de planejar uma economia moderna, caracterizada pela enorme variação dos desejos do consumidor e pela exigência de criatividade nos setores de alta tecnologia.

Folha — E a proposta do Centrão?

Campos — Melhorou muito o texto intervencionista da Sistematização, mas ainda deixou marcas do estilo dirigista. Eu preferia o sábio aforismo de Tao-Teh-Ching, dois mil anos antes de Cristo: "Quanto menos faça ou diga um governante, mais feliz o seu povo." E prescrevia que nem as trocas nem o comércio deveriam ser objeto de recomendações.

Folha — Mas o senhor concorda que há setores onde deve haver intervenção estatal?

Campos — É indispensável em áreas como a educação, saúde e saneamento. Quanto a áreas estratégicas, a definição é imprecisa. Na defesa, claro que o Estado tem papel

fundamental. Em infra-estrutura, no entanto, não há porque pensar em estrutura monopolista. Lembremos que, ao contrário do que se diz, o Estado não foi o herói da industrialização brasileira. A paulista, por exemplo, resultou das divisões do café, do trabalho dos imigrantes, que trouxeram tecnologia, e da Light & Power canadense, que construiu a rede de energia elétrica no Rio e em São Paulo. O restante da infra-estrutura foi também criada por capitais privados: ferrovias e portos. O Estado, por demagogia tarifária, depois inviabilizou estas empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, e passou a ser o herói industrial.

Folha — E como isto deveria mudar, em sua opinião?

Campos — Hoje, é necessária uma contração do Estado e a reativação do interesse privado. Isto está ocorrendo em todo mundo, independente de regime político. O Estado como ator único fracassou em todos os socialismo: no louro da União Soviética, no amarelo da China, no negro de Angola e Moçambique, e no moreno do Rio de Janeiro.

Folha — E a nova Constituição permitirá este fortalecimento da iniciativa privada?

Campos — Certamente, o Centrão traz expressões incentivadoras da atividade privada inclusive declara que a ordem econômica é fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano. Há coisas, no entanto, que não se compatibilizam com uma economia liberal. Fala-se muito em função social da propriedade. A função da propriedade é defender o indivíduo contra o Estado. Seu uso é que pode ser social. Também há tolerância para discriminações entre empresas com o objetivo específico de prover ganhos nos quais pendurar subsídios e reservas de mercado.

Folha — Como deveria ser a definição de empresa nacional?

Campos — Em primeiro lugar, não deveria figurar na Constituição. Isto é coisa para o Código Comercial. Se for mencionada, não deve ser antagonista, ou seja, deve-se definir empresa nacional como aquela que é constituída segundo as leis do país e aqui ter sua sede de direção.

Folha — E o controle decisório deve ser brasileiro?

Campos — Não necessariamente. O que interessa ao Brasil é a fábrica, o investimento, o emprego, a geração de renda e a exportação. Interessa onde está a fábrica e não onde nasce o acionista.

Folha — O capital estrangeiro é favorecido pelas propostas de Constituição apresentadas até agora?

Campos — Na Sistematização, há clara hostilidade. O Centrão é melhor, porque não só caracteriza a empresa brasileira de capital nacional, incluindo aí estrangeiras, como não lhe veda nenhum acesso à atividade econômica, a não ser mineração em faixa de fronteira. Esta ideia, aliás, é inteiramente obsoleta. Reflete o conceito da guerra de trincheiras num mundo de mísseis nucleares. As fronteiras também desaparecem na grande integração do comércio mundial.

Folha — O senhor concorda que a propriedade rural, para efeito de reforma agrária, deve cumprir função social?

Campos — O termo é vago e perigoso. Quem define? O burocrata de plantão? Ele pode ter a mentalidade chacareira e querer reduzir a agricultura brasileira a pequenas chácaras sem produtividade. A propriedade é um direito do indivíduo, como a liberdade, a vida. Todo mundo deve aspirar à propriedade. Seu uso pode ser socialmente regulado, de acordo com certos critérios. Concordo com o texto do Centrão para reforma agrária.

Folha — Este texto será mantido em plenário?

Campos — Acredito que sim. O Centrão é bastante coeso e aguerrido nesta questão.

Folha — Mas haverá negociação para o título da Ordem Econômica e, possivelmente, acordos.

Campos — O problema do Centrão é exclusivamente de mobilização. Numericamente, o Centrão tem maioria e não teria necessidade, a rigor, de negociar. Mesmo porque já se esticou muito a tolerância da economia de mercado para diversas intervenções pleiteadas por grupos corporativistas e nacionalistas. O texto do Centrão é o limite máximo. É possível mantê-lo se houver esforço de mobilização.

Folha — A intervenção do Estado na economia será um dos temas mais polêmicos no Título da Ordem Econômica, que deve começar a ser votado nesta semana. O senhor prevê que a nova Constituição aumente ou diminua a participação estatal?

Severo Gomes — A intervenção será menor. É bem verdade, no entanto, que o Estado acaba tendo amplo espaço se não houver mobilização da cidadania, mesmo que haja um texto constitucional menos intervencionista. Mas há aspectos importantes que devem ficar na nova Constituição: por exemplo, até agora o Estado podia criar empresas estatais por decreto. A partir da promulgação, isto vai depender da aprovação do Congresso. Tirou-se do Estado a capacidade de reproduzir estatais e, criadas por lei, elas terão uma solidez muito maior, porque serão reconhecidas pela sociedade.

Folha — O texto, na sua opinião, incentivará a iniciativa privada?

Severo — Sem dúvida.

Folha — E o capital estrangeiro? Como deverá ser tratado?

Severo — Hoje, nós temos uma legislação que dá ampla liberdade ao capital estrangeiro. Há liberdade para investir, a não ser em certas áreas como o petróleo ou onde há regulamentação específica. No mais, a liberdade é ampla. Acho que, no texto, vai predominar uma frase do tipo "O capital estrangeiro será admitido dentro do interesse nacional". Quer dizer, precisa haver harmonia entre o interesse estrangeiro e o interesse maior do país. Acho que esta fórmula satisfaz a muita gente.

Folha — Nada mais detalhado? A remessa de lucros não seria regulamentada?

Severo — Não na Constituição. Isto será regulado na lei ordinária.

Folha — Pelo que o senhor está dizendo, o Estado-empresário no Brasil será enfraquecido.

Severo — A presença do Estado na economia brasileira faz parte da história. O Brasil hoje é a oitava economia do mundo ocidental porque houve um projeto de desenvolvimento e industrialização do país que passava pela ação do Estado, desde a usina de Volta Redonda até programas da indústria de bens de

capital. Temos uma indústria moderna em setores importantes para o nosso desenvolvimento e o Estado teve um papel fundamental. Ignorar isto é ignorar a história do Brasil.

Folha — E como isto se adapta à menor estatização?

Severo — O Congresso terá que julgar uma eventual atividade do Estado-empresário. A sociedade vai julgar.

Folha — Outra questão que promete muita polémica no plenário do Congresso constituinte é a definição de empresa nacional. Como o senhor quer ver este item na nova Constituição?

Severo — A definição de empresa nacional tem que guardar algumas características para que realmente o controle decisório seja nacional. Empresas constituídas no país são todas, mas tem aquelas que, além do controle acionário em mão de brasileiros, têm efetiva capacidade decisória também com brasileiros. Isto porque o Estado entrega determinados setores e deseja que a empresa nacional esteja ali, como nos casos da navegação, da imprensa, micro-computadores, faixa de fronteira e assim por diante.

Folha — Que tipo de benefício oficial deve receber a empresa nacional?

Severo — Isto não, deve ser definido na Constituição. Mas, no futuro, poderemos fazer o que foi feito com a informática, estabelecendo condições de proteção. Ou vantagens fiscais. A história da industrialização no Brasil foi assim.

Folha — E a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo, será mantida pelo plenário?

Severo — Ninguém estava atento a esta emenda. E ela foi muito bem conduzida por seu autor, o deputado Fernando Santana (PCB-BA). Mas muitos votaram nela como elemento de negociação, para poder tirar depois. Não é essencial para a economia do país. Acho que não cairá simplesmente, porque haverá algum tipo de disciplinamento, mas não como monopólio da União.

Folha — O Título da Ordem Econômica, na sua opinião, vai ser o grande embate ideológico na Constituinte?

Severo — Acho que acontece também aí, com alguma ênfase.

Mas há questões em que constituintes de diferentes correntes pensam a mesma coisa. Em alguns pontos, a questão ideológica ficará clara.

Folha — Por exemplo...

Severo — A reforma agrária. O grupo mais conservador quer até alterar o acordo feito na Comissão de Sistematização, quando se mandou para a lei ordinária a imissão de posse. Entendo que o melhor caminho seria manter esta fórmula e o PMDB votará assim.

Folha — Aprovado este texto, serão melhores as perspectivas para a reforma agrária no Brasil?

Severo — Isto vai depender muito da lei ordinária.

Folha — Outra grande polémica que agitou o Congresso na semana passada foi a do subsolo. Quem deve ter direito de explorá-lo?

Severo — O subsolo já é patrimônio da União. Há duas correntes no que se refere à exploração: uma deseja a nacionalização do controle da mineração, como definiu a Sistematização. Não se impede o capital estrangeiro, desde que os brasileiros tenham efetivo poder decisório. E há a corrente que acha que esta restrição deve ser estabelecida apenas para a faixa de fronteira e minerais estratégicos. Prefiro a forma da Comissão de Sistematização.

Folha — A votação da Ordem Econômica levará à recomposição do Centrão, que se desarticulou após a votação dos direitos trabalhistas?

Severo — Não acredito. O Centrão se recompôs para votar os cinco anos de mandato e o presidencialismo, mas aí tinha um conjunto de forças e interesses mobilizando. Na questão econômica, acho que eles estão bem divididos.

Folha — Mas o PMDB aprovou o texto base do Centrão, como vem fazendo, para depois modificá-lo com emendas?

Severo — Ainda não sabemos. O texto do Centrão é péssimo em vários preceitos. Só poderemos votar o texto base se houver acordo sobre as modificações.

Folha — Que tipo de Ordem Econômica o senhor espera que surja da votação em plenário?

Severo — Será mais democratizada e mais nacional.